

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE CRUZ ALTA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

**FRANCIELE NUNES DA FONSECA**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades em sala de aula no  
município de Cruz Alta**

**CRUZ ALTA**

**2022**

**FRANCIELE NUNES DA FONSECA**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades em sala de aula no  
município de Cruz Alta/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia na Universidade  
Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Odilon A. Stramare

**CRUZ ALTA**  
**2022**

### Catálogo de Publicação na Fonte

F676i Fonseca, Franciele Nunes da.

A inclusão de crianças do transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: desafios e possibilidades em sala de aula no município de Cruz Alta / Franciele Nunes da Fonseca. – Cruz Alta, 2022.

33 f., il.

Orientador: Prof. Me. Odilon A. Stramare.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade de Cruz Alta, 2022.

1. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2. Inclusão. 3. Educação Infantil. I. Stramare, Odilon A. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

**FRANCIELE NUNES DA FONSECA**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades em sala de aula no  
município de Cruz Alta/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de Licenciado  
em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande  
do Sul.

Aprovado em...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Me Odilon A. Stramare  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

---

Prof. Dr.....  
Universidade de São Paulo - USP

---

Profª Drª.....  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

**CRUZ ALTA**

**2022**

Dedico a minha filha e ao meu esposo,  
que sempre me apoiaram ao longo desta  
jornada e não hesitaram em realizar o  
meu sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me dar saúde, coragem e força que preciso para continuar perseguindo meus objetivos.

A minha família, que constantemente me incentivou e apoiou em todas as situações para continuar.

Em particular, a minha filha Helena, que em tão pouca idade teve que aprender a combater seus medos longe de sua mãe, servindo de exemplo para ela e demonstrando como o estudo é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de cada pessoa.

Um agradecimento especial ao meu marido por seu apoio durante meus quatro anos de faculdade, pois ele trabalhou incansavelmente para garantir que eu pudesse realizar meus planos.

Ao meu orientador professor Odilon Stramare pelas orientações, sempre disposto a ajudar e dedicando seu tempo para ajudar para que esse sonho se tornasse realidade.

A minha colega e amiga Jeniffer, que desde o primeiro dia de aula não largou a minha mão apoiando e incentivando a continuar sempre.

Ao meu amigo Thiago, que sempre se esforçou para apoiar, auxiliar e incentivar meu desenvolvimento profissional.

Pelo conhecimento que foi compartilhado comigo pelos meus professores durante minha carreira acadêmica.

## RESUMO

O presente trabalho intitulado, “a inclusão de crianças do transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: desafios e possibilidades em sala de aula no município de Cruz Alta/RS”, tem como objetivo geral analisar as práticas propostas pelo Ministério da Educação (MEC) através de documentos legislativos e as pesquisas já realizadas em prol da inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, nas instituições regulares. Para tanto, é necessário Analisar o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, a partir de estudos já realizados no município de Cruz Alta e verificar quais as práticas inclusivas que estão sendo orientadas, pelo Ministério da Educação (MEC) aos professores em âmbito escolar e, ainda, se esses profissionais estão preparados para atender os alunos com autismo e analisar os documentos legais acerca da inclusão de crianças autistas na Rede Municipal de Ensino Infantil do município de Cruz Alta/RS.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão. Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

The present work entitled, "the inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD) in early childhood education: challenges and possibilities in the classroom in the municipality of Cruz Alta\RS", has the general objective of analyzing the practices proposed by the Ministry of Education. (MEC) through legislative documents and research already carried out in favor of the inclusion of children with autism in Early Childhood Education, in regular institutions. Therefore, it is necessary to analyze the process of inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education, based on studies already carried out in the municipality of Cruz and to verify which inclusive practices are being guided by the Ministry of Education (MEC) to teachers in the school environment and, also, if these professionals are prepared to assist students with autism and analyze the legal documents about the inclusion of autistic children in the Municipal Early Childhood Network in the municipality of Cruz Alta/RS.

**Keywords:** Autistic Spectrum Disorder (ASD). Inclusion. Child education.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Análise do comportamento Aplicada

CAZON - Centro de Abrigo Zona Norte

CENESP - Centro Empresarial de São Paulo

FADERS - Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional

FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

INPE - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NAPPAH - Núcleo de Atenção Integral ao Portador de Deficiência física

PECS - Sistema de Comunicação por Troca de Figuras

RS – Rio Grande do Sul

SARS - Síndrome respiratória aguda grave

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TEACCH - Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Demonstração dos resultados do número de matrículas na Educação Infantil, nas classes comuns, no Brasil, no período de 2017 a 2021.....	26
Quadro 1 - Sobre a inclusão de crianças com autismo.....	28
Quadro 2 - Orientações para as práticas docentes.....	28
Quadro 3 - Formação docente.....	29

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas na Educação Infantil.....	27
Tabela 2 – Número de matrículas da Educação Especial.....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS .....	14
2.2 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO NO BRASIL .....	15
2.3 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA REGULAR: O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA? .....	18
2.3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): CONHECENDO E IDENTIFICANDO .....	19
2.4 MÉTODOS APROPRIADOS PARA O PROCEDIMENTO DE INCLUSÃO COM TEA	21
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>23</b>
3.1 TIPO DE ESTUDO .....	23
3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO .....	24
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	24
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS .....	24
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS .....	24
3.6 PROCEDIMENTO ÉTICOS .....	24
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>25</b>
4.1 SOBRE OS MATERIAIS DE ANÁLISE.....	25
4.1.1 Sobre os materiais de análise: mapeando o município de Cruz Alta/RS ..	25
4.1.2 A inclusão escolar como sinônimo de possibilidades e desafios .....	28
4.1.3 Práticas pedagógicas: o que dizem os documentos norteadores em prol da inclusão de crianças com TEA na educação infantil? .....	28
4.1.4 Formação docente: reflexões a partir de uma perspectiva inclusiva .....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil, desafios e possibilidades em sala de aula no município de Cruz Alta/RS. É necessário colocar que a inclusão educacional tem como propósito inserir todos os alunos no ensino regular, sem distinção dessa forma os alunos poderão aprender novas habilidades e melhorar seu desenvolvimento geral.

O espectro tem vários níveis de gravidade que são evidentes mesmo na infância, afetando a interação social e a comunicação de uma pessoa de uma forma que pode perdurar por toda a vida e nas atividades diárias. Dessa forma, os desafios e possibilidades de inclusão vão além de simplesmente colocar o aluno em sala de aula; ao contrário, é necessário proporcionar experiências de aprendizagem significativas que maximizem seu potencial para o desenvolvimento de um aluno engajado, ativo, que pensa e se desenvolve a partir de sua inclusão e interação no ambiente educacional. Toda criança e adolescente com autismo é incluído na escola, com o objetivo de reduzir estereótipos e prevenir o isolamento social. Partindo desse pressuposto, a fim de nortear a pesquisa, a questão problema buscará compreender : Quais as orientações que o Ministério da Educação (MEC), a partir dos documentos legais e educacionais, traz como proposta para as práticas de inclusão e inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista( TEA) nas escolas infantis de ensino regular?

Visando abordar a problemática sobre as práticas de inclusão e inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas infantis de ensino regular, este trabalho justifica-se pelo significado que terá ao enfatizar que cada uma dessas crianças necessita de cuidados especializados para evitar prejuízos ao seu desenvolvimento.

A vivência em sala de aula com alunos que têm o Transtorno do Espectro Autista (TEA) despertou meu interesse pelo assunto, pois me permitiu observar o quão difícil era para esses alunos se integrarem com seus colegas e professores. Nesse sentido, o Jornal Estado Minas (2000) afirma que "No país, a falta de preparo dificulta a inclusão de alunos com deficiência". À luz dessas notícias relacionadas ao estudo, é importante prestar atenção especial ao estado que foi demonstrado.

Devemos também refletir sobre o que inicialmente chamou nossa atenção naquela situação. Evidências sugerem que ainda são necessários muito mais conhecimento e experiência, e que um dos maiores desafios que esse grupo de pessoas enfrenta é a falta de preparação dos professores

Nesse contexto, o objetivo principal deste trabalho é analisar as políticas propostas pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de documentos legislativos e estudos prévios sobre a inclusão de crianças autistas na educação infantil em instituições regulares.

E como objetivos específicos para o delineamento do tema, as análises e registros estarão atrelados a fatores como:

a) analisar o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, a partir de estudos já realizados no município de Cruz Alta/RS;

b) verificar quais as práticas inclusivas que estão sendo orientadas pelo Ministério da Educação (MEC) aos professores em âmbito escolar e, ainda, se esses profissionais estão preparados para atender os alunos com autismo;

c) examinar os documentos legais acerca da inclusão de crianças autistas na Rede Municipal de Ensino Infantil do município de Cruz Alta/RS.

Este estudo foi iniciado e avançou durante a pandemia de SARS/Covid19 e nas medidas de exclusão social para prevenir a propagação do contágio, pelo que será um estudo de investigação qualitativa. Assim, a bibliografia documental continua neste formato. O estudo teve que ser ajustado porque não foi possível coletar dados diretamente das escolas. Isso foi feito com o auxílio de pesquisas teóricas de autores como Fernanda de Araújo Binaltti Chiotte (2019), Eugênio da Cunha (2017), Mayara Gaiato (2019), entre outros. Para ampliar o potencial do estudo, serão apresentados documentos oficiais e legislação que destaca os direitos dos alunos com autismo.

Para ampliar o potencial da pesquisa, serão apresentados documentos oficiais e legislação que enfatize os direitos dos alunos com autismo.

Portanto, este estudo propõe primeiramente o tema de pesquisa, a fundamentação, os objetivos e as questões de pesquisa. Nos capítulos seguintes, serão discutidos conceitos e definições relacionados aos aspectos históricos das pessoas com deficiência. No Capítulo 2, será delineada a inclusão de crianças com autismo no ensino regular. O terceiro capítulo se concentra na compreensão e

identificação do TEA, e o capítulo final discutirá os procedimentos adequados para a inclusão de indivíduos com TEA.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A presente investigação se estrutura olhando para a importância do processo de inclusão da escola nas discussões que se tornam emergentes uma vez que o entendimento reconhecido de que se a educação é para todos e isso inclui crianças que demonstram por laudo apropriado com TEA, os aspectos educacionais incluem de um lado as estruturas docentes se transformando ante as indicações das estruturas legais (MEC) com as recomendações dos pareceres e as práticas e de outro lado registros decorrentes das práticas acerca da inclusão de alunos na Educação Infantil. E as necessidades de aprimoramentos a partir deste limiar pretendemos então fazer registros partindo das leituras elencadas a seguir.

### **2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Esse tema “inclusão” induz-nos, de imediato, a pensar nas relações entre a teoria e a prática, em outras palavras, entre o texto e o contexto. Para poder compreender todo esse processo em que envolve a “inclusão” iremos percorrer os marcantes períodos da história universal.

Pode-se dizer que, antigamente, incluir uma pessoa com deficiência na sociedade, sempre foi o motivo de muitas resistências. O que, infelizmente, não foi tão diferente durante a Idade Média. Nessa época a sociedade via as pessoas com deficiência como “loucas”, e por isso, as discriminava. Essas pessoas não tinham seu devido respeito, pois não seguiam os padrões de uma pessoa normal (LOPES, FABRIS, 2013).

No percorrer dos tempos, a medicina assumiu um papel importante referente às pessoas que tinham alguma deficiência, seja física, sensorial ou mental. Por esse fato, despertaram-se vários questionamentos sobre o corpo dessas pessoas, e estudos acerca da má-formação congênita foram sendo realizados para que pudessem ajudar. De certa forma, os médicos consideravam que os corpos das pessoas com deficiência poderiam ser corrigidos (LOPES; FABRIS, 2013).

É importante colocar que, as pessoas com deficiência deixaram de ser isoladas e passaram a ser examinadas como indivíduos que pudessem ser ensinados e disciplinados. Perante isso, médicos educadores perceberam que essas pessoas poderiam receber um tipo de educação. De certa forma, nessa época, iniciou-se uma transição de ideias que iam desde sermões religiosos, conhecimento médico até a didática de ensinar (TEZZARI; BAPTISTA, 2011). É válido destacar que, a partir dessas ideologias, emergiu a ideia acerca da Educação Especial, a qual trouxe várias possibilidades de incluir as pessoas com deficiência no âmbito educacional.

Ao longo dos séculos XVIII e XX, vários médicos como Itard, Montessori e Séguin, investiram em estudos clínicos que foram de suma importância para a Educação (LOPES; FABRIS, 2013). Cabe dizer que, esses estudos médicos trouxeram para a Educação a possibilidade de auxiliar no desenvolvimento cognitivo, sensitivo, físico e intelectual, para que as crianças com deficiência pudessem construir novas aprendizagens.

É importante colocar que, com o passar dos anos, o campo da medicina começou a diagnosticar as crianças com deficiência através de laudos médicos, as quais passaram a ser consideradas como normais e anormais (LOCKMANN, 2013). Já no campo da psicologia, as crianças que apresentavam algum tipo de comportamento considerado atípico eram classificadas como boas ou ruins (LOCKMANN, 2013). Dessa forma, com o passar dos tempos, as áreas da medicina e da psicologia passaram a se articular, na intenção de estabelecer regras a partir de práticas corretivas. A seguir, apresentar-se-ão algumas discussões acerca da legislação brasileira em prol da Educação Inclusiva no nosso país.

## 2.2 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO NO BRASIL

A história da Educação Especial no Brasil foi prescrita no século XIX, [...] utilizou da experiência europeia do Instituto dos meninos cegos, em 1854, sob direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos no ano 1857 com a diretoria do mestre francês Edouard Heut. (GONÇALVES, 2010, p. 96 apud JANUZZI, 1985, 2004, MAZZATTO, 2005). O Brasil apoiou-se nessas Instituições para desenvolver seu processo de inclusão.

No Período colonial predominou o descaso do poder público, deixando de lado toda a educação de modo geral, “as poucas instituições que existia neste tempo não tinham atendimento para casos graves, desta forma casos mais leves eram ainda indiferenciados em função da desescolarização generalizada da população, até então predominante rural” (GONÇALVES, 2010, p. 95). Com o passar do tempo ativistas defendem que no Brasil deveria ter seu desenvolvimento em reformas educacionais, que era o direito de todos á e educação gratuita, desta maneira era o meio para defender as desigualdades sociais.

Já em 1913, o professor Clemente Quaglio da Escola Normal de São Paulo, desenvolveu a escala de Binet- Simon e publicou a sua primeira amostra baseada nos dados de cerca de 150 crianças de escolas públicas, este autor concluiu que 13% delas eram anormais da inteligência (GONÇALVES, 2010, p. 96 apud QUAGLIO, 1913). A partir destes dados houve uma preocupação dos casos leves de anormalidade da inteligência nas escolas regulares, uma vez que casos mais graves já eram rejeitados pela escola pública (GONÇALVES, 2010, p. 96 apud JANUZZI, 1992). Destacavam- se que as crianças com anomalias mais graves eram excluídas ou rejeitadas nas escolas públicas do Brasil.

No ano de 1929 chegou ao Brasil a psicóloga Russa, Helena Antipoff <sup>1</sup> que se fixou no país e instigou o panorama nacional da educação especial e escola para crianças excepcionais e participou de movimentos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

No ano de 2012 uma das conquistas para os portadores de TEA foi a Lei 12.764 de 2012, Lei Berenice Piana que assegura reconhecimento dos direitos das pessoas autistas e atualmente aos autistas direitos a uma educação inclusiva, logo após a Lei 13.146 de 2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência ou a Lei Brasileira, da inclusão (LBI) deu autonomia aos autistas para que pudessem ter igualdade na sociedade.

Esse marco foi colocado na Lei 13.652 de 2018, que instituiu o Dia Nacional de Conscientização do Autismo, que acontecerá no dia 2 de abril e contará com diversas atividades para os autistas, seus familiares e a comunidade. Em 23 de outubro de 1973, no Estado do Rio Grande do Sul, criou-se a Lei Estadual nº6.616,

---

<sup>1</sup> Helena Antipoff Grodno, 25 de Março de 1892 — Ibirité, 9 de Agosto de 1974, foi uma psicóloga e pedagoga russa que depois de obter formação universitária na Rússia, Paris e Genebra, se fixou no Brasil a partir de 1929.

foi instituído a FAERS (Fundação Rio Grandense de Atendimento ao Excepcional), com o objetivo de realizar pesquisas e assistência na área da saúde, educação, trabalho e previdência social, sofreu algumas alterações ao longo dos anos, com destaque para a lei nº8.535, de janeiro de 1988, renomeada para a atual para a FADERS (Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul), apesar da mudança do nome as assistências permanecem as mesmas tanto na área de saúde, do trabalho e assistência social.

Em 1990, ampliou-se o quadro de funcionários, onde foram mantidos cursos de capacitação dos professores em áreas de deficiência mental, auditiva e visual em parcerias com as universidades já nesta mesma época foi criado cursos de pós-graduação na área de supervisão em Educação Especial, e também foram criadas novas unidades de atendimento e o Projeto Especial de Atendimento Educacional para Autistas, com atendimentos psicopedagógicos e terapêutico, acompanhamento aos pais, estudo de pesquisa na área de autismo. Os princípios norteadores da FADERS são pautados na proposta oficial de educação especial feita pela CENESP em 1885, a fundação emprega a descentralização visando atender um todo o Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com os municípios.

As unidades executivas criadas em 1992 dentro delas há centro Abrigado Zona Norte (CAZON), para portadores de deficiência mental, a partir dos 18 anos, em 1994 o Núcleo de Atenção Integral ao Portador de Deficiência Física (NAPPAH), essas unidades foram criadas para a reafirmação da Faders garantindo o funcionamento e seu trabalho.

A Faders foi gestora da Educação Especial, no Estado do Rio Grande do Sul no início de 1973 até 1992, então após foi criado o departamento de Educação Especial na secretaria de educação do estado, a Lei Estadual 14.371, de 22 de outubro de 2013, a Faders passa a chamar de Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul.

O estudo, conduzido pela FADERS, preenche parte da lacuna histórica, pois não há dados suficientes sobre pessoas com autismo no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. A partir de agora, a pesquisa será realizada regularmente e atualizada em abril, Mês da Conscientização do TEA. Esses dados serão fornecidos pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e municípios de base regional, permitindo que eles também desenvolvam políticas baseadas nas

realidades locais. De acordo com dados da CIPTEA (Carteira de Identificação do Transtorno do Espectro Autista) 2022, 80,12% dos requerentes de habilitação são do sexo masculino e 19,83% são do sexo feminino, ou seja, os resultados mostram que há mais meninos com TEA, como destaca o documento da CIPTEA. O município de Cruz Alta possui atualmente 32 TEA cadastrados no sistema. A cidade de Cruz Alta foi elegível para uma proposta de implantação do Centro de Referência Regional de Transtornos do Espectro Autista (CRR), que contará com uma equipe de 5 profissionais profissionais, médico psiquiatra, médico psiquiatra infantil, neurologista ou neuropediatra, terapeuta educacional, fonoaudiólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta, assistência social, psicólogo, psicomotricista, esta equipe deve ter muito conhecimento e capacitação para ajudar as pessoas com autismo e seus familiares e melhorar a qualidade de vida.

### 2.3 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA REGULAR: O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA?

Para iniciar essa seção, é importante colocar que, no Brasil, a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo esse direito assegurado desde a Educação Infantil. Ao analisar a nossa Lei maior, a Constituição Federal de 1988, no artigo 205 define que, a educação “é direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988), isto é, todos brasileiros tem o direito de estudar, sem nenhum tipo de discriminação.

Ao encontro disso, vale colocar que por Lei, a escola regular tem como função o objetivo de incluir todos os alunos com ou sem deficiência no âmbito escolar. É importante ressaltar que, ao olhar pelo viés educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394, de dezembro de 1996, traz no artigo 59, um apontamento acerca da Educação Especial, a qual diz que,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 40).

Diante da analítica, é possível afirmar que, com base nos documentos legislativos que abordam a questão da inclusão em nosso país, pode-se observar que é importante incluir um aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação<sup>2</sup> em uma instituição de ensino regular. Pois esse estudante com deficiência terá como garantia o direito ao acesso<sup>3</sup> escolar e sua permanência na escola. Cabe dizer que, é essencial oferecer a esse estudante os recursos básicos para o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades em toda a instituição escolar de ensino regular.

Segundo a LDB/1996 propõe que “todos” os alunos devem ser incluídos na rede regular de ensino. Ao encontro disso, pode-se verificar que a palavra “todos” se refere a todos os alunos com e sem deficiência, pois toda a criança tem as suas especificidades. Dessa forma, o processo de aprendizagem de um aluno com deficiência pode ser diferente dos demais colegas de aula.

### 2.3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): CONHECENDO E IDENTIFICANDO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo pesquisado e estudado por diversos estudiosos no mundo inteiro. É interessante afirmar que, apesar de muitos estudos, as causas ainda são indefinidas pelos médicos. Segundo os autores, mencionam que

O autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente prejudicado na interação social e comunicação, além de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações desse transtorno variam imensamente a depender do nível de desenvolvimento e idade (BELISÁRIO FILHO, 2010; CUNHA, 2010, p. 10).

A partir desse destaque caracterizam o autismo sendo um conjunto que afeta uma tríade, sendo elas sua comunicação, a interação social e suas e atividades

---

<sup>2</sup> É importante complementar que, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008, coloca estes perfis de alunos como sendo público-alvo da Educação Especial na escola regular, dentro da visão da Educação Inclusiva.

<sup>3</sup> A partir das leituras realizadas nos materiais legislativos, percebeu-se que no artigo 206 a 208, da Constituição Federal de 1988, determina-se a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, sendo estes uns dos princípios para a educação. Vale ressaltar que, segundo a nossa lei constituinte, é dever do Estado garantir esses direitos e oferecer a esses alunos um atendimento educacional especializado, de preferência em uma escola de ensino regular (BRASIL, 1988).

repetitivas. O autismo é uma condição da saúde caracterizada por funções neurológicas sendo um transtorno do neurodesenvolvimento, fazendo com que tenha limitações em suas atividades acometidas por funções cerebrais.

De acordo com a autora Mayara Gaiato

O TEA, ou simplesmente o autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das pessoas acometidas por ele. (2018, p. 21).

Assim, pode-se perceber que o autismo é tão complexo que conforme a autora ressalta é uma desordem neurológica, em que o sujeito apresenta suas limitações. Cada criança com autismo desenvolve-se de uma maneira significativa, em alguns casos, é percebido facilmente. O autor Eugênio Cunha (2017) explica que “a comunicação não verbal é bastante limitada, suas expressões gestuais são inexistentes, porque a criança não atribui valor simbólico a eles.” Dessa forma a criança tende não usar suas expressões para algo, usa quem está à sua volta para atender seus pedidos.

Conforme aborda Cunha que “O uso atual da nomenclatura Transtorno do Espectro Autista (TEA) possibilita abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os como leve, moderado e severo”. Em consequência, cada um desses grupos mostra dificuldades de interação social com as outras pessoas. Para complementar essa questão Marion Leboyer (1995) ressalta que, a criança pode ter um desenvolvimento normal até os 2 anos e meio sem manifestar qualquer limitação no seu desenvolvimento, porém, até o momento, não há pesquisas que mostram com exatidão o momento em que o autismo surge. O autismo pode ser ramificado em vários grupos, como: “traços do autismo, com características muito leves; Síndrome de Asperger; autismo em pessoas com alto funcionamento; autismo clássico, grave, com retardo mental associado” (SILVA, 2012, p. 64).

Atualmente, os profissionais da saúde realizam o diagnóstico sobre o autismo infantil, com base no Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais (DSM-IV), da Associação Americana de Psiquiatria e, também, pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Sendo que, a maneira de “tratamento” pode ser realizada na área médica e na área psicológica, só que na área médica o tratamento é feito através de medicamentos (CHICOTE, 2015), já na área psicológica, ocorre a

partir de acompanhamento psicológico, com a finalidade de “[...] adequar e reduzir o comportamento inadequado [...]” (CHIOTE, 2015, p. 16) da criança autista.

Cabe lembrar que, a Lei nº 12,764/12 define a síndrome como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

Partindo desse entendimento, a lei aborda com clareza os aspectos do comportamento e interesses da pessoa com autismo abordando para a sociedade conseguir compreender sobre o Transtorno do espectro Autista.

## 2.4 MÉTODOS APROPRIADOS PARA O PROCEDIMENTO DE INCLUSÃO COM TEA

Estamos cientes de que mais alunos com TEA estão sendo incorporados à sala de aula por meio da inclusão. Com base nisso, diversas metodologias foram desenvolvidas para auxiliar no processo de aprendizagem do aluno e possibilitar uma inclusão verdadeira e autêntica. Como resultado, destacamos a ABA, PECS e TEACCH.

Segundo Silva et al, o objetivo da ABA (Applied Behavior Analysis) é transformar comportamentos negativos em positivos (2012).

Isso envolve criar oportunidades para que a criança possa aprender e praticar habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja premiá-la e elogiá-la a cada comportamento realizado de forma adequada (SILVA et al, 2012, p. 104).

Este método rejeita punições, ele está mais concentrado em premiar o comportamento desejado, não sendo exclusivamente para portadores de TEA, mas podendo ser aplicado em qualquer ser humano que necessite de mudanças em seus comportamentos. Conforme afirma Gaiato (2018, p. 19)

A Associação para a Ciência do Tratamento do Autismo nos Estados Unidos afirma que ABA é um tratamento que possui evidência científica suficiente para ser considerada eficaz, por isso vem sendo amplamente utilizada, especialmente no tratamento de autismo

Para que seja possível obter resultados é necessário analisar o comportamento, podendo assim elaborar um plano de ação que seja eficaz. Levando em consideração o desenvolvimento do comportamento social, comunicação funcional, contato visual, leitura, interpretação e habilidades matemáticas pode ajudar crianças de 1 a 5 anos a explorar os momentos do dia para construir interações sociais. Vínculos emocionais e proporcionam estimulação e refinamento do comportamento adequado para que o comportamento adequado possa ser repetido.

O método TEACCH usa atividades mais significativas focadas no aprendizado para direcionar a comunicação para um padrão mais alto. TEACCH significa Tratamento e Educação de Crianças Autistas e Relacionadas à Comunicação Perigosa.

De acordo com o autor

O método talvez mais famoso seja o denominado método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication), iniciado por Schopler na década de 1970 na Universidade da Carolina do Norte, que consiste em oferecer apoios educacionais de forma precoce. O método usa apoios visuais, assim como o PECS, mas não como forma de comunicação, e, sim, como forma de estruturação de atividades e rotinas. A partir de interesses, capacidades e necessidades, cada sujeito recebe formas de intervenção e organização espacial e temporal na sua rotina (PASSERINO, 2015, p. 28).

O TEACCH tende a ser um facilitador, abrindo a possibilidade de um convívio social com mais comunicação e orientação sobre rotinas e práticas adequadas ao desenvolvimento, com um ensino estruturado com melhoria da adaptação, avaliação individualizada mediante um programa personalizado consequentemente para ajudar e proporcionar uma melhor condição de vida, melhorando seus desempenhos de uma forma adaptativa desta maneira conseguindo atingir sua autonomia.

Todos os seres humanos, sejam eles verbais ou não verbais, ou aqueles que possuem desafios significativos de comunicação, podem se beneficiar do PECS (Picture Exchange Communication System). O PECS é um método que treinamento através de trocas de figuras, que visa ajudar a desenvolver a fala de crianças atípicas podendo ser usado como forma de comunicação para crianças com TEA, trazendo como benefícios um aumento da comunicação verbal, diminuição dos comportamentos inadequados e aumento da interação social.

Deste modo ao usar esses métodos, cria-se uma condição que pode ser melhor compreendida, melhorando o comportamento inadequado, as interações sociais, o desempenho acadêmico e a qualidade de vida.

### 3 METODOLOGIA

A investigação aqui abordada tem inicialmente a finalidade de realizar um estudo para compreender os caminhos e significados vistos pelos filtros aplicados pelas ciências sociais com o foco na atuação do educador pedagogo nos sentidos de ver os entendimentos e as compreensões das participações nas pesquisas que originaram as necessidades de ver por este a qualificação da ação originária deste trabalho.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Metodologicamente utilizou-se a pesquisa de cunho qualitativo<sup>4</sup>, seguido de uma pesquisa bibliográfica e documental, com o propósito de atingir os objetivos desta investigação.

O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica<sup>5</sup> foi utilizado diversos materiais científicos que serviram de base para complementar a pesquisa documental. É importante demarcar que para complementar o estudo foi realizada uma pesquisa documental<sup>6</sup> a partir de documentos legais, livros e artigos. Dessa forma, é válido dizer que as investigações foram feitas para um melhor aprofundamento do trabalho acadêmico.

---

<sup>4</sup> Segundo a autora Maria Cecília de Souza Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. ” (1994, p. 22).

<sup>5</sup> De acordo com o autor Antônio Carlos Gil (2002), explica que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não é aconselhável que textos retirados da Internet constituem o arcabouço teórico do trabalho monográfico” (2002, p. 74).

<sup>6</sup> É necessário colocar que “para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. ” (GIL, 2008, p. 147).

### 3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO

Foram considerados como objeto de pesquisa os materiais, como: documentos legais, artigos em repositórios de universidades e em livros. Pois em decorrência da pandemia da COVID-19 os estudos de caso e, também, entrevistas com profissionais da Educação foram cancelados para que houvesse os devidos cuidados necessários.

### 3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a pesquisa foram utilizadas “fichas analíticas”, as quais serviram como instrumentos de coleta de dados, para serem organizadas a partir de quadros. Sendo assim, é relevante colocar que os excertos das fichas analíticas nesta investigação são importantes para compreender como as crianças autistas estão sendo incluídas nas instituições de ensino infantil em que estudam.

### 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS

O procedimento de coleta de dados sucedeu-se através da leitura e, também, da organização de uma ficha analítica. Posteriormente, diversos excertos foram coletados para serem analisados e fazerem parte dos fichamentos de leitura.

### 3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para uma melhor análise das respostas dos sujeitos da pesquisa foram organizadas em fichas analíticas para o desenvolvimento das investigações finais.

### 3.6 PROCEDIMENTO ÉTICOS

A presente pesquisa não contará com a participação de seres humanos na coleta de dados, por isso não será necessário submetê-la à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERGS.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa, juntamente, com a literatura acerca da temática “inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil”.

### 4.1 SOBRE OS MATERIAIS DE ANÁLISE

Para melhor compreender essa pesquisa, organizou-se os primeiros materiais em três categorias: *A Inclusão Escolar como sinônimo de possibilidades e desafios; Práticas pedagógicas: O que dizem os documentos norteadores em prol da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil? e, ainda, Formação docente: reflexões a partir de uma perspectiva inclusiva.*

#### 4.1.1 Sobre os materiais de análise: mapeando o município de Cruz Alta/RS

Ao realizar diversas leituras, percebeu-se a necessidade de realizar um mapeamento no município de Cruz Alta/RS acerca da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares de ensino Infantil. Partindo dessa constatação, traz-se algumas tabelas com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2021, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No último Censo Escolar, de 2021<sup>7</sup>, o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados nas escolas de classes comuns tem aumentado, paulatinamente, na maioria das etapas de ensino. Pode-se dizer, que ocorreu um grande aumento de matrículas na Educação Infantil, no período de 2017 a 2021, conforme o gráfico abaixo.

---

<sup>7</sup> É importante colocar que, anualmente, o Ministério da Educação (MEC), em conjunto, com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza o Censo Escolar, com o intuito de aperfeiçoar as pesquisas educacionais em prol da qualidade do ensino nas escolas.

Figura 1 – Demonstração dos resultados do número de matrículas na Educação Infantil, nas classes comuns, no Brasil, no período de 2017 a 2021

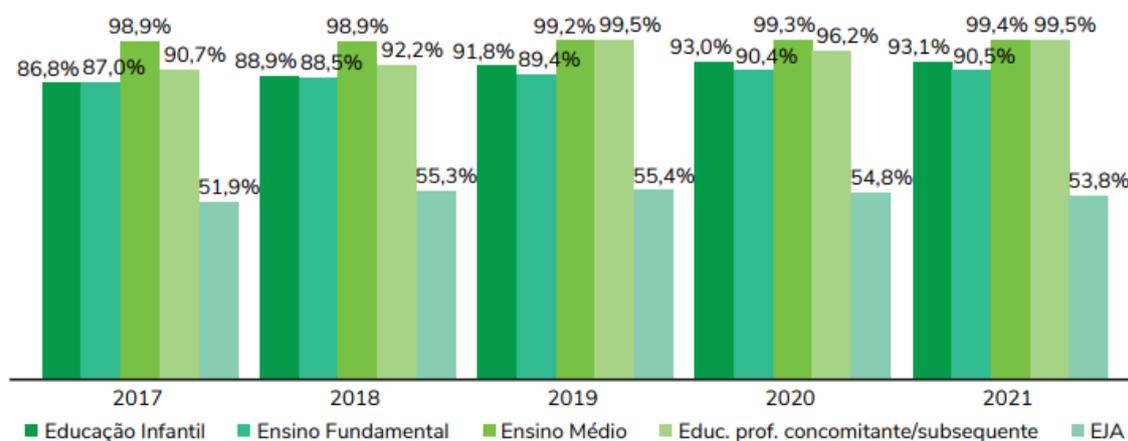


GRÁFICO 28

PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2017-2021

Fonte: Censo Escolar – Inep (BRASIL, 2021, p. 36)

Ao observar o gráfico acima, do *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*, do Ministério da Educação (MEC), verificou-se que esses dados foram importantes para o mapeamento de dados em nível de Brasil. Para dar um melhor refinamento dos dados estatísticos buscou-se como apoio informativo o documento *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*, do MEC, a fim de verificar alguns dados acerca da inclusão no município de Cruz Alta/RS. Pode-se dizer que esse documento, segue o modelo de planilhas do Excel, e quando se extrai os dados estatísticos em forma de gráficos, torna-se mais fácil o entendimento das informações.

Ao encontro disso, coloca-se a seguir um gráfico, com dados do município de Cruz Alta/RS, acerca do número de matrículas na Educação Infantil da rede municipal da cidade citada.

Tabela 1 – Número de Matrículas da Educação Infantil Regular, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2021

<b>Número de Matrículas da Educação Infantil</b>		
<b>Cruz Alta/RS</b>	Etapa de Ensino e Dependência Administrativa	
	Escolas Municipais de Ensino Infantil	
	Creche	Pré-Escola
	1.065	1.221

Fonte: Censo Escolar

Tabela 2 – Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2021

<b>Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns</b>			
<b>Cruz Alta/RS</b>	Etapa de Ensino		
	Escolas Municipais de Ensino Infantil		
	Creche	Pré-Escola	Total
	10	17	27

Fonte: Autora (2022)

O total da Educação Infantil inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns e em Turmas Unificadas.

#### 4.1.2 A inclusão escolar como sinônimo de possibilidades e desafios

A primeira categoria analítica salienta sobre a inclusão escolar de crianças com autismo no ensino infantil. Cabe lembrar que, a educação é um direito constitucional de todos os cidadãos, em conformidade com a nossa lei maior, a Constituição Federal de 1988. Ao encontro disso, ainda na mesma lei, denota-se um dos objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, P. 1). Perante esses aspectos, ressalta-se que a instituição de ensino tem como papel essencial de incluir todas as crianças, sem existir alguma maneira de preconceito ou discriminação. A seguir, será apresentado um quadro com alguns recortes analíticos.

##### Quadro 1: Sobre a inclusão de crianças com autismo

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL, 2015).

Surge o desafio de que nós, educadores e educadoras, nos interrogamos sobre a educação, a pedagogia, o currículo, a escola, os alunos e as alunas, as diferenças, discussões e práticas de inclusão, procurando o que ainda não foi visto e dito. É preciso procurar, buscar conhecer como os processos subjetivação e diferenciação ocorrem e, neste caso específico, como tem olhado para as diferenças relacionadas à "não-aprendizagem". (ROOS, 2007,p. 66)

Fonte: Autora (2022).

#### 4.1.3 Práticas pedagógicas: o que dizem os documentos norteadores em prol da inclusão de crianças com TEA na educação infantil?

##### Quadro 2 – Orientações para as práticas docentes

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996)

[...] em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 2001, p. 33).

“[...] inclusão não significa matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica” (BRASIL, 2001, p. 40).

Fonte: Autora (2022)

#### 4.1.4 Formação docente: reflexões a partir de uma perspectiva inclusiva

##### Quadro 3 – formação docente

"A formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento do trabalho em equipe, são essenciais para a efetivação da inclusão" (BRASIL, 2001, p. 31).

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; (BRASIL, 2001, p. 05, grifo do autor).

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 05, grifo do autor)

Fonte: Autora (2022)

Para iniciar essa seção, é importante colocar que, ao pensarmos sobre a palavra inclusão nos remetemos ao termo “incluir”, o qual tem como significado de:

Encerrar, pôr dentro de; fazer constar de; juntar (-se) a; inserir (-se), introduzir (-se), fazer figurar ou fazer parte de um certo grupo, uma certa

categoria de pessoas; conter em si; compreender, conter, abranger; trazer em si; dar origem a; implicar, envolver, importar (HOUAISS, 2001, p. 1594).

De acordo com essa visão, incluir um aluno com deficiência, atrasos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação não significa apenas colocar o aluno na sala de aula; inclusão significa também integrar o aluno nas atividades e participações da escola de forma a permitir que o aluno se envolva em seu potencial.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificou-se, no decorrer do presente trabalho, que para a devida inclusão de todos os alunos portadores do TEA as escolas infantis devem ter possibilidades de um atendimento especializado e demonstrar aos representantes legais a necessidade de diagnóstico preciso por um profissional médico, com maior morbidade, um diagnóstico quantitativamente preciso, com as descrições do transtornos do espectro autista e seus graus variados de acordo com a condição do aluno - TEA. Porque entre o envio e a confirmar e a confirmação, existem algumas responsabilidades que serão refletidas no censo escolar. Isso indica que o número de crianças com deficiência que estão matriculadas na escola poderá aumentar no Censo Escolar, podem surgir repentinamente em crianças que até então não apresentavam esses sinais, ou seja, esse quantitativo pode sofrer alteração antes mesmo do próximo Censo Escolar. Deste modo a importância da escola estar preparada para acolher e planejar conforme o laudo médico, pois desta forma já poderá traçar estratégias a fim de direcionar as equipes mais especializadas para acompanhar e auxiliar esses alunos da forma mais correta. A Legislação federal que assegura a inclusão desses alunos na educação infantil já existe, mas o que ainda falta são recursos educativos, métodos e técnicas apropriadas para efetivar a inclusão desses alunos. Já para conquistar isso, é preciso que as escolas possam ter voz para dialogar com o poder público e expor essas necessidades.

A escola que é, efetivamente, aquela que coloca em prática tudo aquilo que está na constituição federal e nessas leis federais voltadas aos portadores do TEA é, portanto, a entidade mais habilitada para opinar se carece ou não de mais profissionais de ensino na educação, se necessita de outros profissionais de apoio ou se esses profissionais necessitam, ainda; de uma capacitação adicional. A escola também é quem pode dizer se possui ou não recursos materiais e espaços físicos suficientes e adequados para a inclusão desse quantitativo de alunos. Percebe-se que todo o sucesso na efetiva inclusão educacional desses alunos autistas na educação infantil passa, além de recursos educativos, métodos e técnicas apropriadas, necessariamente, por ter uma equipe de trabalho nas escolas muito bem preparada, bem qualificada. É essencial então que o Ministério de Educação que autoriza e reconhece os cursos superiores, verifique se os cursos voltados aos futuros profissionais da educação já

contemplam disciplinas específicas voltadas ao ensino desse público portador do TEA. Por fim, como o tratamento dos portadores do TEA pode ocorrer tanto na área médica quanto na área psicológica; é de suma importância o município efetuar mapeamento para verificar se possuem profissionais suficientes em ambas as áreas para auxiliar todas as famílias que possuem crianças portadoras do TEA nesse tratamento e, também, para auxiliar as escolas no diagnóstico. Caso o município de Cruz Alta/ RS ainda não possua esses profissionais em número suficiente, é fundamental que o município possa suplementar a legislação municipal definindo um melhor número desses profissionais em ambas as áreas. Houve limitações porque devido ao cenário epidêmico não foi possível fazer entrevistas e ter contato presencial com alunos e professores que poderiam ser melhores exploradas através da pesquisa com docentes e alunos indica-se que estudos posteriores possam ser realizados de forma aplicada com alunos e professores, investigando estratégias e ferramentas que se mostram efetivas para o processo de inserção do aluno.

## REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento. Brasília: FSC, 2010. v. 9. Disponível em: Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 12.764/2012**, 27 de Dezembro de 2012. Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF:28 dez 2012

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 13.652/2018**, 13 de Abril de 2018. Instituiu o Dia Nacional de conscientização sobre o autismo. Brasília, DF:13 abril de 2018

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti - **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**/Fernanda Binatti Chiote - 3 ed. - Rio de Janeiro: WAK Editora, 2019,

CUNHA, Eugênio - **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**/ Eugênio Cunha. - 7 ed. - Rio de Janeiro: Wak Ed.,2017.140 p.:21cm

FADERS. **Acessibilidade e inclusão**. Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/inicial>

GAIATO, Mayra - **S.O.S autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**/Mayra Gaiato. -São Paulo: nVersos, 2018.

LOCKMANN, K. Medicina e inclusão escolar: estratégias biopolítica de gerenciamento do risco. In: FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 129 – 146. (Coleção Estudos Foucaultianos).

LOPES; M. C. FABRIS, E.H. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

No País, falta de preparo dificulta inclusão de alunos com deficiência. ECEstadão  
Conteúdo postado em 20/06/2019 08:03

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/06/20/interna\\_nacional,1063384/no-pais-falta-de-preparo-dificulta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/06/20/interna_nacional,1063384/no-pais-falta-de-preparo-dificulta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia.shtml)

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROOS, A. P. Olhares sobre as diferenças nas salas de aula. In: LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C (Coord.). In/exclusão: nas tramas da escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 65-87.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. GAIATO, Mayra Bonifacio. REVELES, Leandro Thadeu. Mundo Singular- Entenda o Autismo. p.1-297, 14 cap. Editora Objetiva. Rio de Janeiro.2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mundo Singular - Entenda o Autismo, Rio de Janeiro . ED. Fontanar,2012

TEZZARI, M. L., & BAPTISTA, C. R. (2011). A medicina como origem e a pedagogia como meta da ação docente na educação especial. Professores e educação especial: formação em foco. Porto Alegre: Editora Mediação, 1, 19-34.

SÓ PEDAGOGIA. **A importância do método ABA na inclusão do aluno com TEA na Educação Básica**. 2019. Disponível em:  
<http://www.pedagogia.com.br/artigos/metodoaba>

